

**HABEAS CORPUS Nº 515.183 - SP (2019/0167462-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **EDUARDO LUIZ SAMPAIO DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **EDUARDO LUIZ SAMPAIO DA SILVA - SP231904**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE** : **MARCELO ROSA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCELO ROSA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2113418-18.2019.8.26.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado pelo Tribunal de Júri à pena de 23 anos e 9 meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, oportunidade em que foi mantida a sua prisão processual, ante a negativa do recurso em liberdade.

Irresignada, a defesa ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem provido o apelo e acolhido a preliminar suscitada para declarar a nulidade do julgamento realizado pelo Conselho de Sentença. Eis a ementa do aludido parecer (e-STJ fl. 22):

*EMENTA: TRIBUNAL DO JÚRI – DELITOS DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO E CONSUMADO (CP, ARTS. 121, § 2º, I E IV, E 121, § 2º, I E IV C.C. OS ARTS. 14, II, E 29).*

*APELO DA DEFESA ARGUIÇÃO DE PRELIMINARES DE NULIDADE RESULTANTES DE MUDANÇA DA TESE ACUSATÓRIA EM PLENÁRIO, AFRONTANDO-SE A PLENITUDE DA DEFESA, E REFERÊNCIAS À SENTENÇA DE PRONÚNCIA NOS DEBATES ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE DA DECISÃO DOS JURADOS COM A PROVA DOS AUTOS, POSTULADA A ANULAÇÃO DO JULGADO, COM PLEITO SUBSIDIÁRIO DE REDUÇÃO DA PENA.*

*ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE SUSTENTOU A INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA E POSTULOU A ABSOLVIÇÃO, INOVANDO, TODAVIA DEPOIS, NA TRÉPLICA, PARA PLEITEAR A CONDENAÇÃO NOS TERMOS DA PRONÚNCIA TESTEMUNHAS PREVIAMENTE DISPENSADAS, NO CASO, CERCEANDO-SE A PARTE CONTRÁRIA EM SEU DIREITO DE PRODUZIR PROVAS OU DEBATER AQUELA EVENTUALMENTE PRODUZIDA AFRONTA À PLENITUDE DA DEFESA QUE RESTOU CARACTERIZADA, IMPONDO-SE A DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO*

*PRELIMINAR ACOLHIDA PARA ANULAR O JULGAMENTO E DETERMINAR QUE OUTRO SE REALIZE RECURSO PROVIDO.*

No presente *writ*, sustenta o impetrante que, logo após anulado o julgamento, o Juízo de primeiro grau colocou em liberdade o corréu, não concedendo o mesmo benefício, todavia, ao paciente, de modo que está caracterizado o excesso de prazo da sua prisão processual, já que custodiado há mais de 3 anos.

Destaca que a delonga relatada não foi ocasionada pela defesa, uma vez que não foi ela que ocasionou a nulidade da sentença prolatada pelo Tribunal do Júri.

Busca, inclusive liminarmente, seja expedido alvará de soltura em favor do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, pois, como é cediço, a aferição de constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma análise do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, providência que não se coaduna com o juízo perfunctório próprio do pedido emergencial.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

